

Demonstrações Financeiras

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.
Amontada - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC - SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fulvio A. Matias de Carvalho', is written over the printed name.

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC-SP-294991/O

Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	15	21.740	23.509
Custos dos serviços			
Custos de operação	16	(5.063)	(2.997)
Depreciação	9	(4.129)	(4.358)
Amortização	10	(90)	(91)
Compra de energia elétrica		(4)	(17)
Encargos de uso da rede elétrica	17	(1.312)	(1.309)
Lucro bruto		11.142	14.737
(Despesas) receitas operacionais		(2.391)	(1.519)
Serviços de terceiros		(517)	(492)
Despesas com pessoal	18	(1.330)	(864)
Despesas administrativas		(487)	(198)
Impostos e taxas		(16)	(28)
Outras receitas (despesas) operacionais		(41)	63
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		8.751	13.218
Resultado financeiro líquido	19	(821)	(2.850)
Receitas financeiras		2.743	779
Despesas financeiras		(3.564)	(3.629)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.930	10.368
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20	(1.566)	(983)
Lucro líquido do exercício		6.364	9.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	6.364	9.385
Total dos resultados abrangentes do exercício	6.364	9.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros			Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	(Prejuízos) Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2020	57.799	4.352	-	-	(5.962)	56.189
Redução de capital	14 (a)	(29.058)	-	-	-	(29.058)
Aumento de capital com integralização de AFAC	14 (a)	4.352	(4.352)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)		-	2.233	-	-	2.233
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.385	9.385
Destinação do resultado						
Constituição de reserva legal 5%	14 (b)	-	-	171	-	(171)
Dividendos mínimos obrigatórios	14 (b)	-	-	-	-	(98)
Reserva de lucro para ser destinada em assembleia	14 (b)	-	-	-	3.154	(3.154)
Em 31 de dezembro de 2021	33.093	2.233	171	3.154	-	38.651
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	89	-	-	-	89
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.364	6.364
Destinação do resultado						
Constituição de reserva legal 5%	14 (b)	-	-	318	-	(318)
Dividendos mínimos obrigatórios	14 (b)	-	-	-	-	(181)
Reserva de lucro para ser destinada em assembleia	14 (b)	-	-	-	5.865	(5.865)
Em 31 de dezembro de 2022	33.093	2.322	489	9.019	-	44.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.930	10.368
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa			
Depreciações	9	4.129	4.358
Amortizações	10	90	91
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento	13 e 19	137	27
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento	13 e 19	(84)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12 e 19	2.216	2.079
Atualização financeira sobre empréstimos e financiamentos	12 e 19	207	-
Apropriação (amortização) de custos sobre empréstimos	12 e 19	20	20
		14.645	16.943
Aumento (redução) dos ativos			
Contas a receber		(253)	(143)
Impostos e contribuições sociais a recuperar		(429)	-
Conta de ressarcimento de energia a receber - CCEE		3.411	(818)
Depósitos judiciais		3	(3)
Estoque de peças para manutenção da usina		(110)	-
Partes relacionadas		26	-
Adiantamento a fornecedores		77	44
Despesas pagas antecipadamente		(7)	2
		2.718	(918)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(565)	795
Contas de ressarcimento de energia a pagar - CCEE		852	1.285
Impostos e contribuições a recolher		(7)	283
Partes relacionadas		730	8.951
Outras contas a pagar		-	(53)
		1.010	11.261
(-) Juros pagos de empréstimos e financiamentos	12	(2.219)	(2.077)
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		(917)	(835)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) das atividades operacionais		15.237	24.374
Atividades de investimento			
Aplicações / Resgates de cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)		(1.584)	23.372
Aquisição de ativo imobilizado	9	(643)	(4.617)
Aquisição de ativo intangível	10	-	(47)
Baixa de ativo imobilizado	9	72	41
Baixa de ativo intangível	10	20	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(2.135)	(18.749)
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	-	632
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	12	(3.341)	(3.268)
Redução de capital		(9.267)	(28.785)
Dividendos pagos	14 (d)	(98)	(5.115)
Partes relacionadas		-	(9.037)
Adiantamento para futuro aumento de capital		89	2.233
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		(12.617)	(43.340)
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa		485	(217)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		1.219	1.436
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.704	1.219
Variações de caixa e equivalentes de caixas		485	(217)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A. ("CGE Taíba Águia" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi fundada em 4 de janeiro de 2010 e possui sede no Sítio Guariba III localizada no distrito de Taíba, município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará. Nos termos de seu Estatuto Social, Companhia tem por objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar a Central Geradora Eólica denominada ("EOL") Taíba Águia. A Companhia é controlada pela Ventus Energias Renováveis S.A. ("Ventus"), que é uma subsidiária da Ibitu Energias Renováveis S.A., sendo essa controlada pela holding Ibitu Energia S.A. ("Grupo Ibitu Energia"), e tendo como controladora final o fundo de investimento Astra Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP ASTRA").

a) Operação comercial

Em 18 de junho de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL emitiu o despacho nº 1.898, autorizando a entrada em operação comercial das unidades geradoras ("UG") UG1 a UG11 a partir do dia 19 de junho de 2014.

b) Autorização

A CGE Taíba Águia obteve, em 16 de maio de 2014, a Licença de Operação nº 1/2014, expedida pela SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), conforme estabelecida pela Resolução Autorizativa nº 608 de 1º de julho de 2010, a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Contrato	Índice de correção	Mês de Reajuste	Estado	Cidade	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Início	Término
						MW	MW médios		
CGE Taíba Águia	CER Nº 048/09	IPCA	Julho	Ceará	Taiba	23,1	10,7	02/07/2010	01/07/2045

c) Contrato de energia de reserva (CER)

A Companhia firmou em 27 de setembro de 2010 um Contrato de energia de reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurado no Leilão de Energia de Reserva - LER 2009 nº 03/2009-ANEEL.

Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

c) Contrato de energia reserva (CER)—Continuação

No contrato está definido um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, cujo montante é de 87.600 MWh. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. O ressarcimento por estes desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Adicionalmente, caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia terá direito à receita equivalente a 70% da tarifa sobre a quantidade de MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada (nota 7).

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$4.754 (R\$25.496 negativo em 31 de dezembro de 2021), decorrente principalmente da rubrica contas de ressarcimento de energia a pagar – CCEE. Em 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$6.364 (R\$9.385 em 2021) e fluxo de caixa líquido positivo gerado pelas atividades operacionais de R\$15.237 (R\$24.374 em 2021). Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Impactos COVID-19

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “*impairment*” de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2023.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras –Continuação

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 9);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.7);
- Provisão para desmantelamento de ativos (nota 13); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 21).

3. Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--continuação

i) Ativos financeiros--continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração--continuação*

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, cauções e depósitos vinculados, conta de ressarcimento de energia a receber e partes relacionadas, entre outros.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado, e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração--continuação*

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, contas de ressarcimento de energia a pagar, partes relacionadas, entre outros.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 – Instrumentos financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros—Continuação

ii) Passivos financeiros--continuação

Passivo financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2022 e 2021. Também, não adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting)*.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Estoques de peças para manutenção das usinas

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a materiais que serão consumidos nas manutenções dos equipamentos da usina. O valor do estoque inclui todos os custos de aquisição e qualquer outro custo necessário para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Os custos dos estoques são atribuídos pelo critério do custo médio ponderado. Esse estoque é composto por itens que, quando movimentados, não devem refletir nos registros contábeis do Ativo Imobilizado, esses itens possuem características de despesas quando consumidos.

3.4 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

a) Servidão de passagem

Faixas de servidão são direitos de passagem das linhas de transmissão na área que liga o parque eólico à subestação, que passa em propriedades particulares de áreas urbanas e rurais, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado ocorre pelo método linear, levando em consideração a vida útil-econômica estimada de cada componente, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15 emitida pela ANEEL a partir de 1 de janeiro de 2016, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09, limitadas ao período de autorização.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de uma ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.7 Testes de recuperabilidade de ativos (*teste de impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.9 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões existentes no balanço compreendem as provisões para desmantelamento, tributárias e trabalhistas. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

(a) Provisões para desmantelamento

As provisões para desmantelamento de ativos dos parques eólicos consideram que as controladas assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde estão instalados. As provisões foram inicialmente mensuradas ao valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.9 Provisões--continuação

(b) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A

Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a (R\$78.000 a partir de 2014) no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Para o exercício de 2022 e 2021 a Companhia optou pelo regime tributário Lucro presumido.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.11 Aluguéis e arrendamentos

Para a construção e operação de seu parque eólico, a Companhia arrendou terrenos junto a terceiros, partes independentes. Os contratos de arrendamento são em geral de 25 anos. Tendo em vista que, de acordo com o contrato, a Companhia efetuará pagamentos mensais variáveis correspondente entre 1% e 1,5% do valor do efetivo faturamento de energia produzida, cujos custos são reconhecidos na demonstração de resultados da apuração mensal (nota 16).

A Administração entende que não é aplicável o tratamento de reconhecimento de ativo e passivos de arrendamentos conforme CPC 06 (R2) - Arrendamentos, visto que o pagamento baseado nas variações de receitas de energia não permite estimativas para aplicação.

Ao final do contrato, a Companhia tem o direito de preferência para aquisição dos imóveis, em iguais condições com terceiros.

3.12 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3.14 Apuração do resultado

a) Receitas

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas, sendo: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Apuração do resultado--continuação

b) Receitas--continuação

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

c) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

O custo do serviço de energia elétrica refere-se basicamente a compra de energia quando a geração não for suficiente para suprir o contrato de venda de energia, gastos com manutenção e operação dos equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e prestações de serviços na operação, arrendamentos de terrenos, depreciação de ativos, e encargos de transmissão.

3.15 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios	Referência à Estrutura Conceitual	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado		
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's	01.01.2022
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	2018–2020	
CPC 06 (R2) - Arrendamentos		
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola		

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Normas e interpretações novas e revisadas--continuação

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction")	01.01.2023

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e contas-correntes	464	1.219
Aplicações financeiras (*)	1.240	-
	1.704	1.219

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100,50% e 97% da variação do CDI, respectivamente em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de contas a receber de clientes refere-se a valores a vencer, decorrente da liquidação dos contratos de energia incentivada.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia com terceiros é de 20 dias. Não há montantes vencidos.

	2022	2021
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.	2.294	2.051
Comerc Comercializadora de energia elétrica Ltda	10	-
	2.304	2.051

Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber--continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

6. Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)

O saldo R\$8.487 no ativo circulante e R\$10.791 no não circulante, (R\$17.694 no não circulante em 31 dezembro de 2021) refere-se a aplicações financeiras de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES. Estas aplicações somente poderão ser movimentadas pela Companhia de acordo com as regras previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e outras avenças firmado em 9 de outubro de 2014 entre a Companhia, o banco mandatário e o BNDES.

O banco custodiante Itaú é responsável por realizar as transferências dos recursos das contas centralizadoras e das contas reserva (cauções), para as contas destinadas ao pagamento da dívida, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Em dezembro de 2022 a Companhia formalizou a renegociação do mecanismo de *Escrow Account* vinculado ao financiamento, substituindo a Conta Reserva Especial, onde era depositado todo o excedente de caixa, pela Conta Ressarcimento, onde serão depositados exclusivamente os recursos referentes ao *Constrained-Off* e a potencial diferença negativa entre a geração efetiva e a contratada no ACR. Estes recursos serão liberados para a Conta movimento para serem utilizados para fazer frente aos pagamentos de ressarcimento de energia (nota 7), por esse motivo, parte do saldo dessa rubrica está classificado no ativo circulante, pois corresponde ao montante de ressarcimento que será liquidado no prazo de 12 meses de acordo com calendário divulgado pela CCEE.

7. Conta de ressarcimento de energia - CCEE

O saldo da conta ressarcimento de energia a receber - CCEE de R\$873, no ativo não circulante (R\$4.284, no ativo circulante em 31 de dezembro de 2021) representa os ressarcimentos dos desvios que estiveram na faixa de tolerância 100% a 130% de geração e referem-se à apuração dos desvios do 3º quadriênio (1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2024).

O saldo do ressarcimento de energia a pagar - CCEE, em 31 de dezembro de 2022, nos montantes de R\$8.487 no passivo circulante e R\$7.853 no passivo não circulante (R\$15.488 em 31 de dezembro de 2021 no passivo circulante), representa o valor a pagar por conta de desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%, incluindo também a multa de 5% na parcela da geração que ficou entre 90% a 100%) de geração que deve ser liquidado em 12 parcelas mensais uniformes, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso em cláusula do referido contrato e apurado ao final do ano contratual.

Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

7. Conta de ressarcimento de energia – CCEE--continuação

De acordo com o Despacho 2.303/19 da ANEEL, os pagamentos destes valores foram suspensos para revisão de critérios de apuração do ressarcimento e condições de pagamentos, estando ainda em audiência com as empresas e órgãos reguladores a discussão para definições de valores e cronograma de pagamentos.

Em dezembro de 2022, a CCEE divulgou cronograma de processamento dos ressarcimentos devido a energia não fornecida por *constrained-off* (redução da produção de energia por motivos externos às instalações da usina). Considerando esse cronograma, a Companhia segregou os montantes de curto prazo e longo prazo. A metodologia de cálculo ainda não está totalmente definida.

8. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como demonstrados a seguir:

	2022	2021
Ibitu Energias Renováveis S.A. (pagamento a maior de compartilhamento de despesas)	4	-
Central Geradora Eólica Icarai I S.A. (venda de ativo imobilizado a valor residual)	7	7
Ventus Energias Renováveis S.A. (Mútuo)	-	30
Total partes relacionadas - ativo não circulante - Títulos a receber	11	37
Ibitu Energias Renováveis S.A.	32	12
Ibitu Energia S.A.	794	145
Total partes relacionadas - passivo circulante - Compartilhamento de despesas	826	157
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	61	-
Total partes relacionadas - passivo circulante – Compra de ativo imobilizado a valor residual	61	-
Ventus Energias Renováveis S.A.	313	9.580
Total Partes relacionadas – Redução de capital - Passivo circulante	313	9.580
Total partes relacionadas – passivo circulante	1.200	9.737
Movimentação de partes relacionadas no resultado		
Ibitu Energias Renováveis S.A.	(145)	(334)
Ibitu Energia S.A.	(1.912)	(1.503)
Total partes relacionadas - Despesas com contrato de Compartilhamento de despesas	(2.057)	(1.837)

a) Movimentação de mútuos:

Ativo	2022	2021
Saldo total no início do exercício	30	-
Ventus Energias Renováveis S.A.- mútuo		
Mútuo recebido	-	30
(-) Transferência entre contas	(30)	-
Saldo final do exercício	-	30

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--continuação

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos diretores da Companhia é paga pela controladora indireta Ibitu Energia S.A., com despesas compartilhadas por meio do reembolso do Contrato de Compartilhamento de Despesas.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos referidos gastos está sendo executada mensalmente pelo método linear de acordo com as taxas determinadas pela ANEEL, que é a responsável por estabelecer a vida útil-econômica de cada bem integrante da infraestrutura de geração, limitadas ao período da autorização.

	Composição imobilizado						
	Taxa média de depreciação anual %	2022			2021		
		Custo histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Instalações	3,50%	3.691	(921)	2.770	3.342	(804)	2.538
Máquinas e equipamentos	4,04%	99.910	(34.261)	65.649	99.306	(30.252)	69.054
Equipamentos de informática	-	7	(7)	-	7	(7)	-
Provisão para desmantelamento	1,24%	161	(121)	40	161	(119)	42
Móveis e utensílios	8,33%	12	(1)	11	-	-	-
Veículos	-	167	(167)	-	167	(167)	-
		103.948	(35.478)	68.470	102.983	(31.349)	71.634
Em curso							
Adiantamento a fornecedores		2	-	2	2	-	2
Instalações		-	-	-	312	-	312
Máquinas e equipamentos		310	-	310	451	-	451
Outros		59	-	59	-	-	-
		371	-	371	765	-	765
Total do imobilizado		104.319	(35.478)	68.841	103.748	(31.349)	72.399

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Custo				Depreciação			Valor contábil		
	Em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transfe-rências	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022
Em serviço										
Instalações	3.342	109	-	240	3.691	(804)	(117)	(921)	2.538	2.770
Máquinas e equipamentos	99.306	325	-	279	99.910	(30.252)	(4.009)	(34.261)	69.054	65.649
Equipamentos de informática	7	-	-	-	7	(7)	-	(7)	-	-
Veículos	167	-	-	-	167	(167)	-	(167)	-	-
Móveis e utensílios	-	12	-	-	12	-	(1)	(1)	-	11
Provisão para desmantelamento	161	-	-	-	161	(119)	(2)	(121)	42	40
Em curso										
Adiantamento a fornecedores	2	-	-	-	2	-	-	-	2	2
Instalações	312	-	(72)	(240)	-	-	-	-	312	-
Máquinas e equipamentos	451	138	-	(279)	310	-	-	-	451	310
Outros	-	59	-	-	59	-	-	-	-	59
Total do imobilizado	103.748	643	(72)	-	104.319	(31.349)	(4.129)	(35.478)	72.399	68.841

	Custo				Depreciação			Valor contábil		
	Em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Depreciação	Baixas	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2021
Em serviço										
Instalações	3.208	134	-	3.342	(696)	(108)	-	(804)	2.512	2.538
Máquinas e equipamentos	94.867	4.490	(51)	99.306	(26.015)	(4.247)	10	(30.252)	68.852	69.054
Equipamentos de informática	7	-	-	7	(6)	(1)	-	(7)	1	-
Veículos	276	-	(109)	167	(276)	-	109	(167)	-	-
Provisão para desmantelamento (*)	2.981	-	(2.820)	161	(117)	(2)	-	(119)	2.864	42
Em curso										
Adiantamento a fornecedores	80	(78)	-	2	-	-	-	-	80	2
Instalações	543	(231)	-	312	-	-	-	-	543	312
Máquinas e equipamentos	149	302	-	451	-	-	-	-	149	451
Total do imobilizado	102.111	4.617	(2.980)	103.748	(27.110)	(4.358)	119	(31.349)	75.001	72.399

(*) A movimentação de R\$2.820 refere-se a remensuração realizada pela Companhia dos custos necessários para desmantelamento dos parques geradores, conforme nota explicativa 13.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Taxa média amortização anual %	2022			2021		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Servidão de passagem	7,85%	905	(214)	691	905	(143)	762
Software	2,27%	837	(775)	62	857	(756)	101
		1.742	(989)	753	1.762	(899)	863

A movimentação do intangível aconteceu da seguinte forma:

	Custo		Amortização			Valor contábil		
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022		
	Baixas		Amortização					
Servidão de passagem	905	-	905	(143)	(71)	(214)	762	691
Software	857	(20)	837	(756)	(19)	(775)	101	62
	1.762	(20)	1.742	(899)	(90)	(989)	863	753

	Custo		Amortização			Valor contábil		
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2021		
	Adição		Amortização					
Servidão de passagem	905	-	905	(71)	(72)	(143)	834	762
Software	810	47	857	(737)	(19)	(756)	73	101
	1.715	47	1.762	(808)	(91)	(899)	907	863

Servidão de passagem

Indenização paga aos proprietários de faixas de servidão de passagem para construção das linhas de transmissão na área que liga o parque eólico à subestação.

A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia.

11. Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores de R\$3.474 (R\$4.039 em 31 de dezembro de 2021) representa substancialmente valores a pagar remanescentes por compras de materiais e serviços da operação e manutenção do parque eólico, compra de energia, e encargos de uso da rede, possui vencimento médio de até 3 meses. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui operação de risco sacado.

Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	circulante	Não circulante	Total
BNDES	3.448	23.496	26.944	3.420	26.661	30.081
(-) Custo de captação	(69)	-	(69)	(89)	-	(89)
	3.379	23.496	26.875	3.331	26.661	29.992

A Companhia firmou, em outubro de 2014, o contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$54.130 dividido em três subcréditos sendo o “A” no valor de R\$34.081, o “B” no valor de R\$16.786 e “C” no valor de R\$1.263. Os juros incidentes sobre este financiamento são calculados com base na TJLP acrescida de uma taxa predeterminada. Os subcréditos “A” e “B” deste financiamento serão pagos ao BNDES em 192 prestações mensais e sucessivas vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2030 e o subcrédito “C” será pago em 180 prestações mensais e sucessivas com vencimento da primeira parcela em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2030. O valor captado foi utilizado para quitação do empréstimo “ponte” com o próprio BNDES.

a) Garantias e Covenants do BNDES

Para a operação de financiamento de longo prazo, a Companhia e a sua controladora deram em penhor ao BNDES a totalidade das ações de emissão da Companhia e da controladora assim como quaisquer outras ações representativas do capital social que venham a ser subscritas até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no contrato e os ativos constituídos das máquinas e equipamentos relativos ao parque eólico. Adicionalmente, cedeu fiduciariamente ao BNDES:

- Os direitos creditórios de qualquer contrato de venda de energia que venham a ser celebrados pela Companhia;
- Os créditos que venham a ser depositados nas referidas contas vinculadas (caixa restrito) ao financiamento.

O contrato de financiamento com o BNDES poderá ser declarado vencido antecipadamente com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se, ocorrer uma das seguintes hipóteses: (a) o descumprimento, pelo credor ou avalista, de quaisquer das obrigações constantes no contrato; (b) a modificação do controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia, sem prévia e expressa anuência do Banco; (c) ocorrência das garantias se tornarem insuficientes e as mesmas não forem substituídas ou se os bens, hipotecados e empenhados, forem penhorados em execução por outro credor; (d) falência ou dissolução do devedor; (e) vencimento antecipado de qualquer outro contrato firmado entre a Companhia e o Banco ou qualquer outra sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia com o Banco; (f) a não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações e das licenças por mais de 30 dias, concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto de geração eólica; (g) vencimento antecipado de qualquer instrumento firmado pela Companhia relativo ao parque eólico, que a critério do BNDES, possa afetar a operação do parque eólico; entre outras.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Garantias e Covenants do BNDES--continuação

Todas as exigências e cláusulas restritivas (“covenants”) estabelecidas no contrato de financiamento, estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

A mutação no exercício ocorreu da seguinte forma:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	29.992	32.606
Captação de empréstimos	-	632
Juros sobre financiamentos (nota 19)	2.216	2.079
Atualização financeira – TJLP (nota 19)	207	-
Amortizações	(3.341)	(3.268)
Juros pagos	(2.219)	(2.077)
Apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos (nota 19)	20	20
Saldo no final do exercício	26.875	29.992

Quadro resumo de vencimento das dívidas:

	Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2022	Vencimento menos de um ano até 31 de dezembro de 2023	Vencimento entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2026	Vencimento acima de quatro anos
BNDES	26.875	3.379	10.070	13.426
Total	26.875	3.379	10.070	13.426

13. Provisão para desmantelamento

O saldo refere-se ao valor da provisão para desmantelamento do parque eólico, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem da planta da Companhia, conforme levantamento técnico efetuado por equipe interna de engenharia. Este levantamento leva em consideração as obrigações de desmantelamento existentes que são em função dos contratos regulatórios e ambientais da Companhia, tendo como contrapartida o ativo imobilizado, em seu reconhecimento inicial, subsequentemente, as atualizações financeiras e ajustes a valor presente incorridos sobre a provisão são registrados em contrapartida ao resultado financeiro. Os valores de estimativa do levantamento foram projetados até o término dos prazos de autorização, com atualização pelo IPCA, e posteriormente ajustado a valor presente à taxa de desconto de 12,81% a.a., sendo reavaliados periodicamente pela Companhia.

Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo remanescente de autorização.

	2022	2021
Saldo no início do exercício	188	2.981
Baixa - Remensuração (*) (nota 9)	-	(2.820)
Atualização financeira (nota 19)	137	27
Ajuste a valor presente (nota 19)	(84)	-
Saldo no final do exercício	241	188

Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para desmantelamento--continuação

(*) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia revisou as estimativas para desmantelamento e identificou necessidade de ajuste na mensuração da provisão, que foi registrado em contrapartida ao ativo imobilizado (nota 9). Em 31 de dezembro de 2022, em nova revisão realizada, as métricas utilizadas no final do exercício anterior foram consideradas adequadas pela Administração, por isso, nenhuma remensuração ou ajustes foram necessários.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$33.093, totalmente pela Ventus Energias Renováveis S.A., representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, como segue:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Ações ordinárias	Percentual do capital social	Valor
Ventus Energias Renováveis S.A.	33.092.981	100%	33.093
	33.092.981	100%	33.093

Em assembleia geral extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a redução de capital por julgá-lo excessivo no montante de R\$29.058, pagos R\$28.784 em junho de 2021 e R\$274 em dezembro de 2022.

Em 01 de novembro de 2021, foi realizada assembleia geral extraordinária, em que foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$4.352, mediante a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

b) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei no 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos Acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	6.364	9.385
Absorção de prejuízo acumulado	-	5.962
Reserva legal – 5%	318	171
Dividendos mínimos obrigatórios – 3%	181	98
Constituição de reserva de lucro a ser destinada em assembleia	5.865	3.154

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio Líquido--Continuação

c) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de retenção de lucros é formada pelos resultados após a destinação de dividendos obrigatórios, sendo apresentada anualmente pela Administração em assembleia de acionistas para destinação.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	3.325	-
Reserva legal – 5%	318	171
Constituição de reserva de lucro a ser destinada em assembleia	5.865	3.154
Saldo final - Reservas de lucros	9.508	3.325

d) Adiantamento para Futuro aumento de Capital (AFAC)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	2.233	4.352
Adiantamento para Futuro aumento de Capital (AFAC)	89	2.233
Conversão de AFAC em Capital Social (nota 14 (a))	-	(4.352)
Total Saldo de AFAC	2.322	2.233

e) Dividendos a pagar (passivo)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	98	5.115
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios	(98)	(5.115)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (nota 14 (b))	181	98
Total dividendos a pagar	181	98

Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	22.653	24.472
Total receita bruta	22.653	24.472
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(147)	(160)
COFINS	(680)	(734)
Taxa de fiscalização	(86)	(69)
Total das deduções	(913)	(963)
Total	21.740	23.509

Os contratos de energia no LER (Leilão de Energia de Reserva) estabelecem que sejam apuradas, a cada ciclo, as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada. A apuração de geração de energia em valor inferior à energia contratada, sujeita a Companhia ao ressarcimento (“conta de ressarcimento”).

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

16. Custos de operação

	2022	2021
Custo com pessoal	(445)	(403)
Serviços de terceiros e materiais com operação e manutenção	(3.206)	(3.001)
Recebimento de indenização de acordo com fornecedor (*)	-	2.286
Aluguéis e arrendamentos	(1.290)	(925)
Seguros	(137)	(126)
Custo com viagens	(2)	(23)
Outros custos	(93)	(805)
Ajuste de inventário	110	-
	(5.063)	(2.997)

(*) Em 2021, a Companhia recebeu indenização de fornecedor conforme acordo realizado para solucionar processo de arbitragem decorrente de contrato de operação e manutenção da usina.

17. Encargos de uso da rede elétrica

O valor registrado no resultado de R\$1.312 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.309 em 31 de dezembro de 2021), refere-se substancialmente ao Encargo de uso do sistema de transmissão (EUST), pago mensalmente às concessionárias de transmissão pelas controladas. O encargo é calculado com base no Montante de uso do sistema de transmissão (MUST) contratado multiplicado pela Tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST), esta última é atualizada anualmente mediante regulamentação da ANEEL. Adicionalmente, conforme Lei nº 9.427/1996, as controladas têm redução de 50% do valor da tarifa (TUST), decorrente da potência injetada nos sistemas de transmissão ser inferior a 30MW.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas com pessoal

O saldo de R\$1.330 (R\$864 em 31 de dezembro de 2021) trata-se de compartilhamento de despesas com pessoal cobradas pela controladora indireta, Ibitu Energia S.A., que centraliza o gerenciamento da folha de pagamento do Grupo. A variação ocorrida entre os anos de 2022 e 2021 é decorrente principalmente do aumento do valor do bônus e participação nos resultados.

Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira de equivalentes de caixa e cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	2.659	779
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento (nota13)	84	-
	2.743	779
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 12)	(2.216)	(2.079)
Comissões sobre fiança bancária	(119)	(97)
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento (nota 13)	(137)	(27)
Atualização financeira sobre financiamentos TJLP (nota 12)	(207)	-
Atualização financeira sobre conta de ressarcimento de energia a pagar	(851)	(1.266)
Custo de captação de financiamento (nota 12)	(20)	(20)
Outras despesas financeiras	(14)	(140)
	(3.564)	(3.629)
	(821)	(2.850)

20. Imposto de renda e contribuição social correntes

		2022	2021
Receita bruta (nota 15)		22.653	24.472
Total receita bruta		22.653	24.472
IRPJ			
Alíquota da base	8%		
Base de cálculo do IRPJ		1.812	1.958
Alíquota nominal	15%	(272)	(294)
Alíquota adicional	10%	(156)	(173)
Total IR sobre Receita Bruta		(428)	(467)
Base receita financeira (regime de caixa)		2.607	743
Outras receitas		18	-
Alíquota nominal	15%	(394)	(111)
Alíquota adicional	10%	(263)	(74)
Total IR sobre receita financeira		(657)	(185)
Total final IR a pagar		(1.085)	(652)
Total receita bruta		22.653	24.472
CSLL			
Alíquota da base	12%		
Base de cálculo da CSLL		2.718	2.937
Alíquota	9%	(245)	(264)
Total CSLL sobre Receita Bruta		(245)	(264)
Base receita financeira (regime de caixa)		2.607	743
Outras receitas		18	-
Alíquota	9%	(236)	(67)
Total CSLL sobre receita financeira		(236)	(67)
Total final CSLL a pagar		(481)	(331)
Total IR/CSLL a pagar		(1.566)	(983)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.930	10.368
Alíquota efetiva		19,75%	9,48%

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui demandas judiciais com prognóstico de perda avaliado como provável.

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte em processos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

A seguir as ações judiciais com prognóstico de perda possível em 31 de dezembro de 2022:

Resumo processo	Tipo de processo	Esfera	2022		2021	
			Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)
Ações em conjunto com ABRACEEL - associação brasileira de comercializadores de energia contra cobrança de onerações setoriais	Regulatório	Judicial	3	Não atribuído (*)	3	R\$500
Indenização em virtude de o imóvel da Autora ter sido atingido pela linha de transmissão do Complexo Eólico Taíba	Cível	Judicial	-	-	1	R\$3.050
Ação para instituição de servidão administrativa para passagem da Linha de Transmissão do Complexo Eólico Taíba	Cível	Judicial	4	R\$3.158	4	R\$2.980
Total				R\$3.158		R\$6.530

(*) processos sem valor econômico envolvido.

Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia, a partir da estrutura corporativa do Grupo Ibitu Energia (Controladora indireta), detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Auditoria Interna, Riscos e *Compliance*.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)

i) *Risco de crédito*

O risco de crédito da Companhia é administrado pela controladora, sendo que o risco de inadimplência impacta as receitas das usinas eólicas.

Para 31 de dezembro de 2022 e 2021, o risco de crédito da Companhia relaciona-se à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse sentido, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha.

A geração de energia das usinas será entregue a agente de comercialização por meio de contrato de energia incentivada. O risco está associado a eventuais inadimplências no pagamento do contrato. Entretanto, a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência.

ii) *Risco de escassez de vento*

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento nos parques eólicos, ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar a redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na diminuição de receita e/ou na necessidade de suprimento de energia, com impactos sobre o resultado do negócio.

iii) *Risco de liquidez*

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Os recursos financeiros da Companhia foram obtidos por meio de captação de empréstimos bancários e parte dos recursos tiveram como objetivo o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados e o saldo restante teve o intuito de devolver parte de recursos capitalizados anteriormente pelo FIP ASTRA (controladora final do Grupo Ibitu).

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)--Continuação

iii) *Risco de liquidez*--Continuação

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é analisado no nível de sua controladora para posterior investimento em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores divulgados na tabela abaixo são os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2022	Menos de um ano até 31 de dezembro de 2023	Entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2026	Acima de quatro anos
Fornecedores	3.474	3.474	-	-
Empréstimos e financiamentos	26.875	3.379	10.070	13.426
Total	30.349	6.853	10.070	13.426

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui operações de risco sacado.

iv) *Risco de taxa de juros*

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros ou que o aumento dos encargos financeiros das renegociações das dívidas cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Os valores lançados na conta vinculada ao financiamento contratado pela Companhia, bem como o saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros e encargos conforme divulgados na nota 12.

v) *Estimativa do valor justo*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a Administração entende não ser necessária divulgação adicional.

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)--Continuação

v) *Estimativa do valor justo*--Continuação

Os saldos de contas a receber, partes relacionadas, mútuos e financiamentos estão contabilizados pelo custo amortizado e sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Dessa forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

vi) *Classificação dos instrumentos financeiros por categoria*

No quadro a seguir são apresentados e classificados os principais instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	2022	2021	Nível	Classificação por categoria
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e contas-correntes (caixa e equivalentes de caixa)	464	1.219	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	1.240	-	1	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	2.304	2.051	-	Custo amortizado
Conta de ressarcimento a receber - CCEE	-	4.284	-	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	8.487	-	2	Valor justo por meio do resultado
Adiantamento a fornecedores	165	242	-	Custo amortizado
	12.660	7.796		
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	10.791	17.694	2	Valor justo por meio do resultado
Conta de ressarcimento a receber - CCEE	873	-	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	11	37	-	Custo amortizado
	11.675	17.731		
Total ativos financeiros	24.335	25.527		
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	3.474	4.039	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	3.379	3.331	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	1.200	9.737	-	Custo amortizado
Dividendos a pagar	181	98	-	Custo amortizado
Conta de ressarcimento a pagar - CCEE	8.487	15.488	-	Custo amortizado
	16.721	32.693		
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	23.496	26.661	-	Custo amortizado
Conta de ressarcimento a pagar - CCEE	7.853	-	-	Custo amortizado
	31.349	25.661		
Total passivos financeiros	48.070	58.354		

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)--Continuação

vi) *Classificação dos instrumentos financeiros por categoria*--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois há correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não são apresentadas nestas demonstrações financeiras quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

vii) *Qualidade do crédito dos ativos financeiros*

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Conta-corrente e aplicações financeiras de curto prazo (caixa e equivalentes de caixa)	1.704	1.219
	1.704	1.219

viii) *Financiamentos*

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices.

A Controladora indireta da Companhia, a Ibitu Energia S.A., detém ainda uma apólice de seguro de responsabilidade civil para cobertura de responsabilidades da Administração (diretores e executivos), da modalidade de seguro D&O (*Directors and Officers*) que abrange todas as Companhias do Grupo Ibitu Energia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Itens/Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante de cobertura (R\$)</u>	<u>Vigência</u>
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - Danos Materiais, Quebra de máquinas / Danos elétricos e outros.	162.000	até 07/11/2023
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - Operações amplas	10.000	até 07/04/2023

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

24. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

	31/12/2021	Fluxo de caixa	Alterações não caixa		31/12/2022
			Adição ou transferência	Juros	
Empréstimos e financiamentos	29.992	(5.560)	227	2.216	26.875
Dividendos a pagar	98	(98)	181	-	181
Total	30.090	(5.658)	408	2.216	27.056

Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

24. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento--continuação

	31/12/2020	Fluxo de caixa	Alterações não caixa		31/12/2021
			Adição ou transferência	Juros	
Empréstimos e financiamentos	32.606	(4.713)	20	2.079	29.992
Dividendos a pagar	5.115	(5.115)	98	-	98
Total	37.721	(9.828)	118	2.079	30.090

25. Eventos subsequentes

Entendimento do STF sobre a eficácia temporal da coisa julgada

Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) finalizou o julgamento dos Recursos Extraordinários de nº 955.227 e nº 949.297, vinculados aos temas de repercussão geral 881 e 885, em que se discutem, respectivamente, os limites da coisa julgada individual tributária de trato continuado em face de decisões em controle concentrado e difuso de constitucionalidade.

Por unanimidade, foi acolhido o entendimento no sentido da interrupção imediata dos efeitos da coisa julgada nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, independente do tributo que se esteja discutindo, quando o STF se manifestar em sentido oposto e desfavoravelmente ao contribuinte, no controle concentrado de constitucionalidade ou na sistemática da repercussão geral. Ou seja, a interrupção automática não se aplica aos casos em que a manifestação do STF em sentido oposto à coisa julgada se der em sede de recurso não submetido à sistemática de repercussão geral ou controle concentrado de constitucionalidade.

Os ministros também entenderam que os efeitos dessas decisões do Supremo, nas hipóteses de relações tributárias de trato continuado, devem ser aplicados imediatamente, independente do ajuizamento de Ação Rescisória, porém, respeitados os princípios da anterioridade anual ou nonagesimal, conforme o caso.

Além disso, foi afastada a modulação de efeitos das decisões tomadas nos temas 881 e 885, ou seja, desta forma a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido deve ser recolhida desde 2007, respeitada a prescrição.

Em suma, o contribuinte que obteve uma decisão judicial favorável em sede de controle difuso de constitucionalidade com o respectivo trânsito em julgado reconhecendo a ausência de obrigatoriedade no pagamento de determinado tributo de trato continuado, perde automaticamente seu direito diante de novo entendimento do STF, em controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, que considere a cobrança constitucional, sem a necessidade de ajuizamento de ação rescisória pelo Fisco.

Tal decisão tem como principal fundamento a manutenção da coisa julgada enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a gerou, sendo que se houver alteração fática ou jurídica, para aqueles tributos de trato continuado, ela perderá sua eficácia, sobrepondo-se o controle

Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

25. Eventos subsequentes

Entendimento do STF sobre a eficácia temporal da coisa julgada--continuação

concentrado de constitucionalidade sobre o difuso, seguindo-se a sistemática da sistemática dos recursos repetitivos e da uniformização de jurisprudência. Tal regra não se aplica para aqueles tributos únicos, tal como, por exemplo, o recolhimento do ITBI.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui decisão definitiva em seu favor que desonere o pagamento de tributo e que possa ser impactada pelo novo entendimento do STF, por isso, a Administração acredita que estas demonstrações financeiras estão livres de efeitos desse julgamento.

* * *